

Projetos Sociais como Medida de Combate à Violência nas Escolas: Um Desafio Para o Setor Educacional Brasileiro

Autoria: Maria Ruth Siffert Diniz Teixeira Leite

Resumo

Esse artigo procura investigar o fenômeno da violência, em suas diversas manifestações, em escolas situadas em contextos de alta vulnerabilidade e discutir a eficiência de projetos sociais implementados nessas unidades visando ao combate às manifestações do fenômeno, a partir da análise do Projeto Escola Viva, Comunidade Ativa, elaborado pela Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais – SEE/MG para as escolas da rede pública de ensino. A técnica de estudo de caso foi escolhida para o desenvolvimento da pesquisa realizada na Escola “D”, uma das 81 escolas de Belo Horizonte que participam do projeto, e se valeu de levantamento de dados quantitativos e qualitativos, com a utilização de *survey*, entrevistas, questionários e observações *in loco*. As informações coletadas indicam que atos de violência como agressões físicas e verbais, brigas, uso e tráfico de drogas, presença de armas, furtos e roubos são comuns no cotidiano da escola. A análise dos dados mostrou que, embora reconhecido pelos benefícios trazidos para a escola, como a obtenção de verba para investimentos em equipamentos pedagógicos, o projeto, cujo objetivo é o de combater a violência nas escolas, não se constituiu em instrumento de mudanças significativas no ambiente escolar. É provável que o sucesso do projeto, naquela unidade, dependa de maior compromisso e envolvimento dos gestores e dos professores, tomando-o como “um projeto da escola” e não apenas da SEE/MG.

Introdução

A questão da violência urbana é a ponta de um *iceberg* de gigantescas proporções, dado o cenário de profundas desigualdades sociais, de tendência crescente ao predomínio da ótica de mercado e da redução do papel do Estado no campo social, em um mundo globalizado, com alto índice de desemprego e precariedade das condições de vida e de trabalho.

Neste sentido, não se constitui tarefa fácil dimensionar analiticamente as manifestações de violência, com a emergência de gangues, o tráfico de drogas, o comércio clandestino de armas e até mesmo a criminalidade, situações vivenciadas, cada vez em maior proporção, por crianças e jovens no Brasil. Esses fenômenos revelam as fissuras de nosso sistema social e a manutenção de uma ordem regida pela iniquidade e pela injustiça social. Diante desse quadro, é compreensível que atos de violência cometidos por crianças e jovens estejam sendo deslocados também para o espaço da escola, considerado, até então “ilhas de ordem” onde os alunos estariam em segurança, afastados das mazelas existentes apenas fora dos limites das suas unidades.

A violência no âmbito da escola tem despertado o interesse da sociedade em geral, em razão de seu crescimento e da variedade de suas manifestações. Para diversos agentes envolvidos com o setor educacional, a noção de violência pode ser representada, no contexto escolar, por ameaças e agressões de alunos contra professores, pelo abuso de autoridade, pela violência sexual entre alunos e alunas, uso de armas, consumo de drogas, roubos, furtos e assaltos e violência contra o patrimônio (CHARLOT; EMÍN, 1997). Sendo assim, a escola reflete os conflitos do seu entorno que podem ser causados, principalmente, pela exclusão social, mas não pode se eximir da responsabilidade de ser capaz de criar mecanismos para o enfrentamento dos atos de violência dos quais passou a ser palco nos últimos anos.

Tal situação evidencia a importância de se discutir possíveis medidas de combate a essas manifestações no âmbito da escola visando, não apenas a integridade do seu espaço físico, mas

também o resgate do seu papel institucional de formadora e educadora, devendo ser capaz de transformar a realidade da sua clientela e da própria comunidade na qual está inserida.

Uma das medidas apontadas pela literatura como uma estratégia positiva no combate às manifestações de violência seria a implementação de projetos sociais nas unidades escolares situadas em contextos desfavoráveis, com o propósito de aproximar os atores aluno/escola/comunidade em torno de um ideal comum: a preservação do espaço da escola como ambiente de ordem, respeito, aprendizado, crescimento e formação cidadã.

O que se pretende com este trabalho, é discutir a eficiência da implementação de projetos desta natureza como mecanismo capaz de provocar mudanças significativas no cotidiano escolar visando reduzir a incidência de atos violentos praticados no seu interior e impedir tais atos, cada vez mais frequentes na sociedade, continuem ultrapassando os limites da escola e se instalando no seu dia a dia.

A base de análise é a pesquisa Implementação de Projetos Sociais em Escolas situadas em Contextos de Alta Vulnerabilidade realizada pela Escola de Governo Prof. Paulo Neves de Carvalho, da Fundação João Pinheiro, de Belo Horizonte/MG. A metodologia utilizada foi a técnica de estudo de caso, por permitir o aprofundamento do conhecimento sobre determinado objeto, estimulando novas descobertas e as abordagens qualitativa e quantitativa do problema em foco (DIEHL e TATIM, 2004). A escola selecionada para estudo está situada em uma região de risco, que apresenta alto índice de violência e integra a rede estadual de ensino de Belo Horizonte, sendo uma das 81 unidades participantes do Projeto Escola Viva Comunidade Ativa, foco principal deste trabalho.

Como conceituar ‘Violência’

O tema da violência tem adquirido importância dramática na sociedade brasileira atual, dado o seu crescimento e o envolvimento da população infanto-juvenil, invadindo searas antes mais preservadas, como as instituições escolares. Porém, a discussão sobre a violência nas escolas, como um problema de agenda pública, não se dá sem ambigüidades ou confusões, uma vez que conceituar o que seja violência implica redefinir o próprio significado de atos violentos e a percepção desses atos no ambiente escolar.

Nesta perspectiva, várias atitudes e conflitos entre alunos, entre alunos e professores, ou entre alunos e direção, até então consideradas questões de indisciplina próprias da convivência, passam a ser vistos como problemas de “violência”. O ponto de partida parece ser a definição do conceito de violência, fenômeno caracterizado por uma enorme variedade de atos e situações que assumem proporções e interpretações diferentes, considerando-se o contexto em que ocorrem, embora se reconheça a existência de elementos comuns entre os seus vários tipos de manifestações. (DUPÂQUIER, 1999). Contudo, há um ponto consensual básico: todo e qualquer ato de agressão, seja física, moral ou institucional, dirigido contra a integridade de um ou vários indivíduos é considerado um ato de violência (UNESCO, 2003, p.5).

Diagnósticos e estudos mais recentes indicam que tal fenômeno não mais se restringe ao espaço da rua e aos territórios sem normas, limites ou fronteiras, mas está cada vez mais presente e dinâmico em ambientes estruturados como os escolares.

A Instituição Escolar e o fenômeno da Violência

De acordo com Barretto (1992, p.55), tanto o crescimento da violência no país, quanto as transformações pelas quais o setor educacional vem passando têm uma relação específica: ambas retroalimentam-se mutuamente. Sendo assim, são questões que não devem ser tratadas

isoladamente e de forma diferenciada; ao contrário, merecem uma reflexão integrada para que sejam discutidas em sua dimensão específica, na sua abrangência e no seu inter-relacionamento.

Na verdade, diagnósticos recentes têm mostrado que a escola está em crise, mas, no entanto, “esta é uma instituição que mantém uma rara e enorme capacidade de sobrevivência, apesar de suas múltiplas disfunções e de sempre ter ido a reboque das mudanças sociais, tecnológicas e culturais”.(CARBONELL, 2002, p.15)

O projeto de reformulação do modelo educacional brasileiro emergiu do processo de transição democrática dos anos 80 e se ampliou através da demanda da sociedade por uma educação de qualidade. A descentralização do sistema educacional ocorreu como uma consequência da reformulação do ensino e tomou vulto com a aprovação da Emenda Constitucional 24, em 1983 e da Constituição Federal de 1988; foi o início da garantia da inclusão da diversidade do alunado e da aceitação da pluralidade pedagógica. A Lei nº 9394/96 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, alterou as diretrizes educacionais introduzindo, além de nova estrutura curricular, os direitos e obrigações dos cidadãos e o respeito pela ordem democrática e pelas características de vida em cada região (LEITE, 2001, p.1-2).

Com relação à cobertura e oferta de vagas, dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, apresentados no Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2003) revelam que, em 2002, apenas 3% das crianças entre os 7 e os 14 anos ainda estavam fora da escola em todo país. Contudo, a expansão do ensino público tem se dado sob condições precárias, com poucos investimentos na rede de escolas e na formação dos docentes e sem o compromisso de criar projetos educativos capazes de absorver a nova realidade social daqueles alunos que passaram a ter acesso aos serviços educacionais.

Para Barreto (1992, p.59), o que se constata é o elevado grau de exclusão social ocorrido no país por meio da educação e que atinge grande parcela da população, uma vez que o ensino ainda está muito voltado para o mercado de trabalho. Desta forma, são excluídos da escola os que não conseguem aprender; são excluídos do mercado de trabalho os que não têm capacitação técnica porque não conseguiram aprender de maneira satisfatória e se excluem do exercício da cidadania esses mesmos cidadãos porque não conhecem os valores morais e políticos que fundam a vida de uma sociedade livre, democrática e participativa. Pode residir aí, a causa de parte das manifestações de violência entre os jovens, situação que se reflete no ambiente da escola.

Dados de pesquisa realizada pela UNESCO em 2005 indicam que a violência urbana e a criminalidade exercem forte influência no entorno das escolas e o tráfico de drogas é o principal fator relacionado à violência no cotidiano dos alunos. Verifica-se, ainda, que é cada vez mais freqüente a presença de elementos pertencentes a ‘gangues’ dentro das unidades escolares. Embora esses grupos não sejam formados, na sua maioria, no seu espaço, a escola sofre as consequências dos conflitos externos, que se deslocam para o seu interior (UNESCO, 2005).

Mudanças no padrão de violência passaram a ser observados dentro das escolas, a partir dos anos 90, configurando-se não apenas como atos de vandalismo, mas como manifestações freqüentes de agressões verbais e ameaças, furto de objetos de pequeno valor, elevado número de pertences danificados e agressão física entre colegas (SPOSITO, 2001, p.94).

A ‘incivilidade’, é outro conceito a ser considerado no contexto escolar: são manifestações de difícil identificação que se relacionam com sujeira, barulho, impolidez, e que não são, necessariamente, comportamentos ilegais em seu sentido jurídico, mas infrações à ordem estabelecida, encontradas na vida cotidiana (DEBARBIEUX,1996 *apud* LATERMAN, 2005). Sendo assim, estabelecer um conceito único de ‘violência nas escolas’ torna-se difícil, uma vez que no ambiente escolar, atos de violência, muitas vezes se misturam às atitudes de indisciplina e incivilidade, próprias daquele contexto.

A partir da década de 1990, a literatura especializada brasileira tende a considerar como violência escolar qualquer demonstração de agressividade originária do interior da escola contra o patrimônio, bens materiais e pessoas de relação direta com o estabelecimento de ensino (SPOSITO, 1998, p.64). Para Abramovay (2005), coordenadora da pesquisa realizada pela UNESCO, a violência é “como uma construção social, que se dá em meio a processos e interações entre sujeitos num dado espaço institucional, a saber, a escola”.

Principais explicações para a violência escolar

Diante do exposto, é possível associar as causas da violência escolar a fatores internos e externos à unidade de ensino. Os fatores externos dizem respeito à situação socioeconômica, tais como a exacerbação da exclusão social, racial e de gênero, o crescimento de gangues, o tráfico de drogas, o colapso da estrutura familiar e o aumento do número de famílias monoparentais, na sua maioria chefiada por mulheres/mães e a falta de espaços para a socialização, dentre outros. Já os fatores internos referem-se a sistemas de normas e regulamentos, projetos político-pedagógicos, relação professor/aluno, baixa qualidade do ensino e escassez de recursos. Tais fatores podem se constituir em elementos facilitadores do crescimento das manifestações da violência interna, já que não é possível considerar a instituição escolar apenas como o reflexo dos acontecimentos de natureza macroestrutural que acometem a sociedade, mas sim como parte deles. Portanto, a escola, além de sofrer os efeitos da situação adversa existente fora dos seus domínios, também produz a sua própria violência e indisciplina (GUIMARÃES, 1996, p.77).

Ações de combate à violência na escola pertencem, em geral, a dois conjuntos de ações: um imediatista e repressivo, que inclui a presença da polícia na escola, a colocação de detectores de metal em seu interior, a construção de muros mais altos, a colocação de grades nas janelas e portas; outro, com ações de caráter social, visando minimizar os problemas advindos do crescimento da exclusão e do desemprego, a perda do poder de ganho do salário e a ausência de investimento na educação, dentre outros.

Nesse contexto, a escola pode atuar buscando diminuir as manifestações da violência a partir de políticas internas que preservem a comunidade escolar e consigam desmistificar a crença de que o problema situa-se apenas no ambiente externo. Isso implica o esforço de se repensar a escola levando-se em conta seus aspectos extra e intra-escolares, e o compromisso de determinar quais, dentre esses fatores, poderiam favorecer o crescimento da violência no seu interior (ABRAMOVAY e RUA 2002).

Uma vez que a instituição escolar é o centro da discussão desse artigo, é importante que se diga que, ao contrário do que normalmente se pensa, a escola não apenas reflete o seu meio, mas também apresenta uma força transformadora, muitas vezes desconhecida, capaz de operar mudanças significativas no seu interior e na comunidade ao seu redor. [...]“Longe de ser um elemento passivo, a escola, por meio de soluções simples e humildes, pode adquirir uma ressonância de elevada grandeza” (WERTHEIM, 2002, p.7). Essa capacidade de transformar valores e atitudes contribui para o surgimento de novas propostas de programas sociais capazes de revelar um panorama plural, composto por uma significativa diversidade de combinações entre as várias modalidades de educação, visando contribuir positivamente para o combate ao fenômeno da violência escolar e para o resgate e a solidificação da escola como um local de formação e de crescimento.

Nessa perspectiva, a flexibilização da gestão escolar torna-se um elemento fundamental por concentrar, em seu bojo, as ferramentas necessárias para as mudanças mais urgentes. Um dos mecanismos mais eficientes e eficazes de democratização da gestão escolar, de acordo com pesquisas sobre o assunto, seria a adoção de instrumentos de planejamento (Plano de

Desenvolvimento da Escola, Projeto Político Pedagógico, Plano de Desenvolvimento Pedagógico Integrado), elaborados com a participação da comunidade escolar e que contemplam os elementos básicos para a organização autônoma da unidade de ensino, além de utilizarem como base, a realidade local, tornando possível o mapeamento das necessidades e interesses também do seu entorno (PARENTE e LUCK, 1999, p. 39-42).

Quando se deseja a mediação de conflitos dentro da escola, Teixeira e Porto (1998, p.61) afirmam que a adoção de atitudes de caráter punitivo não tem se mostrado muito eficaz. Nesse sentido, um dos objetivos dos instrumentos de planejamento escolar seria o de propor atividades educativas ou de lazer próprias para a realidade em que se deseja intervir.

No âmbito das Secretarias de Educação, seria importante uma gestão preocupada em realizar atividades de diagnóstico que permitissem detectar as reais necessidades das escolas e que apontasse para uma nova maneira de atuação dos gestores, tomando como base procedimentos pedagógicos mais flexíveis, conforme define a legislação educacional vigente.

Visando ao combate à violência nas escolas, existem propostas já colocadas em prática, em escolas da rede estadual de Minas Gerais: são os projetos sociais implementados na unidade escolar que são voltados para a população local e não apenas para os alunos. Dentre essas políticas situa-se o projeto Escola Viva Comunidade Ativa, que passa a ser descrito e discutido a seguir.

O Projeto Escola Viva Comunidade Ativa

O Projeto Escola Viva Comunidade Ativa, elaborado pela Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais, foi criado em 2002 e tem por finalidade tornar as escolas públicas melhor preparadas para atender às necessidades educativas das crianças e jovens mais afetados pelos fenômenos da exclusão social e da violência, procurando proporcionar a tranquilidade e as condições básicas de educabilidade no ambiente escolar para que o processo de ensino e de aprendizagem aconteça: o professor possa ensinar e o aluno aprender (MINAS GERAIS, 2002, p.4).

O seu raio de ação alcança, num primeiro momento, as escolas públicas situadas em áreas de risco de Belo Horizonte. Na proposta inicial, a abrangência do projeto seria de 266 escolas públicas atendidas em três etapas, abrangendo unidades das redes estadual e municipal de ensino de Belo Horizonte e outros municípios mineiros. Por ocasião do levantamento dos dados aqui utilizados, apenas a primeira etapa havia sido implantada e contemplava 81 escolas apenas da rede estadual de ensino.

Os elementos básicos do Projeto se constituem em: conhecer para planejar, planejar para mudar, oferecer um sistema de apoio com acompanhamento e avaliação da sua implantação na escola. Isto significa “o entendimento do contexto escolar atual, o conhecimento das características e demandas da comunidade, bem como a compreensão das percepções dos próprios atores sobre o fenômeno da violência na escola” (MINAS GERAIS, 2002, p.7). Com essa finalidade, a SEE/MG estabeleceu uma parceria com o Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública (CRISP) da Universidade Federal de Minas Gerais para a realização de pesquisa destinada à construção o perfil das escolas estaduais de Belo Horizonte tendo como referência a relação dessas escolas com a violência. As unidades que apresentassem situações mais críticas participariam de imediato, do Projeto. A pesquisa tem também como objetivo a construção de indicadores de violência escolar.

A condição indispensável para a participação da escola no Projeto, é que seja elaborado o seu Plano de Desenvolvimento Pedagógico e Institucional (PDPI), instrumento que apresenta as características da escola, suas necessidades e demandas específicas e que deve “expressar

compromissos básicos dos gestores, dos educadores e de toda a comunidade em relação à escola; traduzir as expectativas e anseios da comunidade escolar em relação à educação; e tornar explícitas as necessidades e demandas da instituição, no limite das possibilidades estabelecidas pelo Projeto” (MINAS GERAIS, 2002, p.9). A condição fundamental para a implementação bem sucedida do projeto, é que os agentes envolvidos, (a escola, a comunidade e a SEE/MG) estejam em sintonia e atuem de maneira coordenada. O PDPI determina que a escola seja aberta à comunidade, amplie o atendimento escolar, melhore a qualidade do ensino e de sua infraestrutura e estabeleça mecanismos de apoio ao educador e à gestão escolar. O acompanhamento do andamento das atividades é feito por meio das informações sobre processos, produtos e resultados e implica no acompanhamento contínuo, sistemático e detalhado de todas as ações programadas no PDPI; a avaliação consiste no processo de análise dos resultados e impactos verificados, buscando verificar o seu efeito sobre o aprendizado, o comportamento e o tipo da convivência estabelecida no ambiente escolar, além da participação da comunidade na vida da escola. (MINAS GERAIS, 2002, p.14).

Os resultados esperados objetivam contribuir para a aprendizagem e o desenvolvimento do aluno, assegurando-lhe o acesso à educação, o direito à inclusão e a permanência numa escola democrática que privilegie a pluralidade das dimensões da formação dos alunos e dos próprios profissionais da educação; o reconhecimento da unidade escolar como uma escola integrada à vida da comunidade e ainda, que a escola se transforme e passe a atuar de maneira a superar suas dificuldades internas em benefício de um projeto comum, como um grupo que aprende com a sua própria experiência (MINAS GERAIS, 2002, p.14-15).

Metodologia

Para a seleção das escolas que compõem a amostra da pesquisa que dá suporte a esse artigo, foram utilizadas como fontes, entrevistas com a equipe responsável pelo Projeto Escola Viva Comunidade Ativa na Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais - SEE/MG e o levantamento do índice de vulnerabilidade social (IVS) das regiões onde as escolas estão situadas. Por meio das entrevistas foram obtidas informações sobre o projeto e as escolas participantes – 81 escolas estaduais. Com base no índice de vulnerabilidade social, foram consideradas para amostra, aquelas escolas localizadas em comunidades cujo IVS estivesse acima de 0,5ⁱ. Desse modo, das 81 escolas listadas pela SEE/MG, foram selecionadas 21 e, em cada uma delas foram levantados os seguintes dados: média de alunos por turma, número de alunos por professor, taxa de abandono, taxa de reprovação e distorção idade-série. Esses dados foram considerados indicadores aos quais se atribuíram notas 1 a 21 e cujo resultado final permitiu um ranqueamento em relação ao perfil de recursos e desempenho de cada escola.

Desse *ranking* foram selecionadas as seis melhores e as seis piores escolas para visita *in loco* e entrevistas exploratórias com os respectivos diretores com o objetivo de caracterizar a gestão escolar, a participação da comunidade, o nível de violência, a visão da direção a respeito da origem dessa violência e o nível de envolvimento em atividades relacionadas ao Projeto *Escola Viva, Comunidade Ativa*. Estas entrevistas orientaram a escolha das quatro escolas para estudos de caso da pesquisaⁱⁱ, sendo duas escolas que demonstraram maior adesão ao Projeto e duas em que o projeto apresentava maiores dificuldades de implementação.

Dentre essas quatro escolas, a Escola “D”ⁱⁱⁱ foi selecionada para ser analisada nesse artigo por ser a única unidade da amostra que oferece apenas o nível médio de ensino, cujos alunos têm idades entre os 15 e 24 anos, grupo etário em que se verifica maior incidência de violência, inclusive mortes violentas, por estar inserida em uma comunidade cujo índice de vulnerabilidade social (IVS) se mostra acima de 0,5 e por apresentar distorção idade-série. A

escolha considerou ainda o grau de dificuldade na implementação do projeto aqui focalizado. Os dados analisados foram coletados entre maio e julho de 2006.

Foram duas as unidades de pesquisa: a escola e os indivíduos. Para definir a unidade “escola” considerou-se o nível de apropriação do projeto pela unidade escolar e para definir a unidade “indivíduo”, levou-se em conta a opinião de pessoas particularmente importantes nas relações existentes entre os vários agentes envolvidos (gestores/Secretaria de Estado da Educação - SEE/MG; diretor/professor/aluno; professor/aluno; escola/comunidade)^{iv}.

As entrevistas aprofundadas foram realizadas a partir da disponibilidade dos entrevistados e foram em número de 46 na Escola “D”. Para cálculo da amostra dos discentes considerou-se o total de alunos matriculados no Ensino Médio, nos três turnos, por se encontrarem na faixa entre 15 e 24 anos, foco dessa pesquisa. O critério utilizado para a aplicação do questionário aos alunos foi o sorteio. O universo pesquisado foi de 234 alunos, num total de 889 matriculados e de 18 professores num total de 42. Os questionários respondidos pelos professores foram entregues aos que estavam na escola nos dias das visitas *in loco*; o número de questionários preenchidos ficou a cargo da disponibilidade e boa vontade de cada professor.

De maneira complementar, foram realizadas visitas às oficinas do programa Abrindo Espaços e entrevistas com a coordenadora, os monitores e participantes das atividades. As informações obtidas foram importantes para subsidiar a análise do *Projeto Escola Viva Comunidade Ativa* na unidade.

A Escola “D” e suas características

A Escola “D” está localizada na Av. Cristiano Machado, no bairro Primeiro de Maio, distrito de Venda Nova, em Belo Horizonte. O bairro é dividido em sub-regiões com características distintas e que apresentam níveis consideráveis de violência. A clientela é composta não apenas por alunos da comunidade, mas também residentes em outros bairros, uma vez que está localizada em um importante *corredor* de tráfego, que liga várias regiões da cidade.

É uma “escola referência”, ou seja, uma das instituições de ensino da rede estadual de educação escolhida para a implementação de projetos – piloto que, se bem avaliados, passam a ser adotados em outras escolas da rede, conforme a necessidade e a demanda da clientela de cada unidade. As salas são de bom tamanho, arejadas e claras, com mobiliário em boas condições e em número suficiente. A existência de grades e cadeados nos portões de entrada, nas janelas e nas portas das salas de aula evidencia a preocupação da direção com a segurança do espaço físico. Na época da realização da pesquisa, o prédio estava sendo reformado com a utilização de verbas do Projeto Escola Viva Comunidade Ativa, que prevê a destinação de recursos para a melhoria da estrutura física das escolas. A Escola “D” funciona em 3 turnos e atende apenas ao nível médio de ensino, tanto o integrado regular, quanto de Educação de Jovens e Adultos – EJA. Conforme dados de 2006 (tab.1), 889 alunos estavam regularmente matriculados no ensino médio regular, excetuando-se aí os alunos do EJA, em número de 167.

Tabela 1: Características gerais da Escola “D”
Belo Horizonte - 2006.

Escola	LOCALIZAÇÃO		nº de alunos	IVS	NÍVEL DE ENSINO	nº de salas	Turnos*
	Bairro	Regional					
Escola “D”	Primeiro de Maio	Venda Nova	889	0,54	Ensino Médio e Ed. de Jovens e Adultos	18	M / T / N

Fonte: Pesquisa de Campo, 2006.

*Turnos: M- manhã / T- tarde / N – noite

A gestão escolar é exercida por uma Diretora Geral e duas vice-diretoras, auxiliadas por uma coordenadora pedagógica e conta ainda com órgãos de apoio à sua administração, a saber: o Colegiado, o Grêmio Estudantil, o Conselho Fiscal e o Conselho de Classe; 42 professores atuam na escola, todos graduados em nível superior, sendo 22 efetivos e 20 designados, o que significa que praticamente 50% deles não têm vínculos formais com a rede pública estadual de ensino.

Violência: como a Escola “D” qualifica e lida com esse fenômeno no seu ambiente interno

A Diretora da escola considera *violência* um fenômeno distinto de *indisciplina*: “indisciplina é um elemento próprio do ambiente escolar, e é necessário saber lidar com os diferentes tipos de desvio de conduta dos alunos que apresentam distúrbios de comportamento”.

A maioria da clientela é composta por filhos de mães solteiras ou de pais separados e vivem com as mães. Essas mães passam a ser, sozinhas, as responsáveis pelo sustento da família e pelo desenvolvimento escolar dos filhos, situação que caracteriza a família monoparental, nesse caso chefiada por mulheres/mães. Tal situação pode ser responsável, em grande parte, pelo elevado número de famílias desestruturadas e pelo alto índice de pais que são ameaçados pelos filhos de algum tipo de agressão, numa atitude que exprime revolta e propicia o desencadeamento de atos violentos entre os alunos.

Quanto ao comportamento dos alunos dentro da escola, as informações obtidas indicam ser considerado normal, sendo que os alunos considerados muito agressivos são em menor número, embora existam, na escola, traços nítidos de violência contra o patrimônio, como pichações, furtos, quebra de mobiliário e contra a pessoa na forma de agressões verbais e ameaças, já tendo ocorrido um caso de violência explícita quando, em 2005, um aluno tentou matar um colega. As manifestações de violência ocorrem nos três turnos de funcionamento da unidade, embora sejam percebidas de formas distintas: à noite há menos brigas, mas há maior incidência de consumo de drogas, situação que se inverte nos turnos diurnos.

Os dados analisados indicam que os conflitos existem tanto “de fora para dentro” quanto “de dentro para fora” da escola, motivo pelo qual, mesmo anteriormente à implementação do Projeto, a escola já desenvolvia programas de prevenção e conscientização sobre a *violência*, na tentativa de encontrar soluções, na maioria das vezes, sugeridas pelos próprios alunos.

Ao persistir uma situação de desordem que fuja ao controle da direção, são chamados os Anjos da Escola, policiais militares destacados para dar assistência às escolas nesses casos. Sobre a atuação desses policiais, os dados não apontam o uso da força, mas também não indicam a estratégia adotada para atingirem o objetivo proposto. No que se refere ao sucesso da atuação dos Anjos da Escola, Medrado (1998, p.101) afirma que “escola não é caso de polícia”, opinião compartilhada por Fukui (1992, p.112-113) que aponta para a ineficiência da presença da polícia nas unidades escolares, situação que causa apenas um efeito imediato e não se sustenta, uma vez que não atinge a raiz do problema e que pode, muitas vezes, fomentar ainda mais a violência.

O uso de drogas ilícitas, vandalismo e distúrbios de conduta dos alunos ocorrem nas dependências da escola, embora as informações obtidas afirmem que a situação é de “relativa normalidade”. Os dados obtidos por meio de conversas com funcionários indicam que “a direção sabe o que ocorre, mas finge não saber, ou seja, não se chama a atenção desses alunos e eles não criam maiores problemas com e/ou para a escola”. Sobre atitudes de violência, foi possível verificar o pertencimento a gangues dentre os alunos.

Roubos de todo tipo de material, desde computadores até pias e vasos sanitários, ocorrem com certa freqüência e são praticados, na maioria das vezes, à noite, após o término das aulas.

O Projeto Escola Viva Comunidade Ativa na Escola “D”

O Plano de Desenvolvimento Pedagógico Institucional - PDPI da Escola “D” foi elaborado a partir de 2004, por exigência da Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais - SEE, para que a escola se tornasse apta a participar do projeto Escola Viva Comunidade Ativa.

As informações introdutórias do PDPI se referem, basicamente, à adequação da unidade escolar à proposta do projeto Escola Viva, Comunidade Ativa. O documento enfatiza que o PDPI do período 2005-2006 foi todo voltado para a melhoria do desempenho escolar dos alunos afetados pela violência, conforme sugere as diretrizes do projeto Escola Viva Comunidade Ativa. O objetivo principal apontado no PDPI 2005-2006 é “a construção de uma escola de excelência na capacidade de atender efetivamente às necessidades educacionais dos seus alunos”. Informações que constam do documento indicam a busca de caminhos e soluções para os problemas mais evidentes.

A concepção original do projeto Escola Viva, Comunidade Ativa propõe dois tipos de atuação extra-classe para serem realizadas nas escolas: os programas Abrindo Espaços e Aluno de Tempo Integral. A Escola “D” oferece apenas o Abrindo Espaço, ou seja, a abertura do espaço da escola aos sábados no período de 8 as 17 horas, para a oferta de oficinas à comunidade local. A Coordenadora da atividade não é professora da unidade, mas trabalha em outras escolas da região. De acordo com informações da Coordenadora, a escola participa do Projeto desde o começo de 2005, embora ela tenha assumido a coordenação apenas no início de 2006. A proposta inicial contemplava oficinas nas modalidades: dança afro, capoeira, teatro, violão, futebol masculino, futebol feminino e aulas de bordados. Os cursos são gratuitos e o material utilizado é custeado pelo projeto. O monitor é remunerado em R\$ 8,00 (oito reais) por hora de aula. São prestadas contas de todos os gastos das oficinas: equipamentos e materiais comprados para esse fim devem ter nota fiscal. Inicialmente, cerca de 200 pessoas se inscreveram, mas nas visitas feitas pelos pesquisadores em dois sábados do mês de junho de 2006, verificou-se um esvaziamento das atividades propostas: apenas as oficinas de violão e percussão estavam em funcionamento e com um pequeno número de alunos. O esvaziamento das atividades do projeto foi justificado, pela coordenadora, pela reforma pela qual o prédio da escola está passando, uma vez que todos os espaços utilizados anteriormente pelas oficinas estavam desativados. As aulas de violão estavam sendo realizadas na biblioteca e a de percussão na sala dos professores.

Análise dos Dados

Dos dados levantados pela pesquisa Implementação de projetos Sociais em Contextos de Alta Vulnerabilidade, base deste trabalho, serão utilizados, neste artigo, apenas os relativos ao tipo de clientela, à presença das manifestações de violência na escola, à atuação da gestão e dos professores da escola, ao envolvimento de alunos e professores com as atividades do Projeto e ao conhecimento dos profissionais sobre o PDPI elaborado pela escola.

Quanto às características da clientela, considerando-se a faixa etária do aluno e a série cursada verificou-se, por meio da análise dos documentos da secretaria da escola, que existe uma defasagem da idade em todos os turnos, mas é no turno da noite que se verifica a maior diferença: enquanto o ideal é que os alunos do 3º ano tenham 17 anos, a média de idade dos estudantes dessa série, na escola, gira em torno dos 20 anos. As entrevistas com as gestoras revelam que “à noite, parece uma outra escola: as regras de convivência e de comportamento têm que ser mais rígidas e a forma de lidar com os alunos também, embora haja muita gente comprometida estudando nesse turno”, disse a coordenadora pedagógica. Essa situação pode ser explicada, em parte, pelo fato da faixa etária atendida no turno da noite ser mais elevada, o que significa que os

alunos são mais independentes, muitos já trabalham e têm família constituída, e que, portanto, demandam outro tipo de relação com a escola.

Com relação ao bairro de origem dos alunos e a porcentagem de alunos provenientes de cada bairro, os dados revelam que a clientela é proveniente de 31 (trinta e um) bairros diferentes, e não apenas do bairro 1º de Maio, onde a escola está situada, embora se verifique que 21% deles (49 alunos) residem no entorno. Pode-se dizer que é uma representação considerada baixa da comunidade ali matriculada, levando-se em conta ser uma escola – referência.

As impressões dos alunos sobre as manifestações de violência presenciadas no local onde moram apontam que o bairro considerado ‘muito violento’ pelo maior número de moradores/alunos é o 1º de Maio (12% o consideram ‘muito violento’; 24 % o consideram ‘um pouco violento’), coincidentemente, o bairro onde se situa a Escola “D”. Sobre o bairro Providência, de onde vem o segundo maior número de estudantes do mesmo bairro, do total de 36 alunos, 23 acham que o local onde moram é ‘um pouco violento’ e 11, que é um local tranquilo. A situação que se configura pode indicar a razão pela qual ocorrem, freqüentemente, atos de violência dentro da escola. A literatura sobre o assunto afirma que o tipo do ambiente familiar e as características da comunidade onde os alunos vivem incidem diretamente no desempenho escolar e no comportamento no interior das unidades de ensino. No caso da Escola “D” tem-se a indicação de que a maioria da clientela é proveniente de contextos violentos.

No que se refere à relação aluno-direção-professores, considerada importante para o processo de escolarização, os dados mostram que 178 alunos (77,1%) consideram as diretoras e os professores atenciosos e, na sua maioria, abertos ao diálogo; apenas 7,4% afirmam o contrário.

Quando se deseja resultados positivos dos processos educativos, a relação aluno-família deve ser considerada: verifica-se que 73,6% acham que seus pais se interessam pelos seus estudos e valorizam a sua educação, enquanto apenas 4,8% consideram o contrário.

A análise dos dados sobre a gestão escolar, na visão dos professores, mostra que a maioria aprova o tipo praticado pela escola, sendo que entre 70 e 80% entendem que são adotadas diretrizes que conduzem à oferta das disciplinas de maneira integrada e voltada à realidade dos alunos, situação que é compartilhada por toda a equipe.

No que diz respeito à definição de regras a serem cumpridas, a opinião dos professores diverge: enquanto 56% acham que a escola age nesta direção, os 44% restantes entendem que não. As opiniões se modificam quando se trata de orientações pedagógicas bem definidas a serem adotadas na prática: 90% dos professores responderam afirmativamente. Com relação à motivação da equipe, 61% consideram o grupo motivado e integrado, enquanto 39% discordam.

A análise dos dados permite verificar que há um equilíbrio na opinião dos professores com relação à atuação da direção escolar: segundo eles, a escola adota, em proporções equivalentes, ações que visam garantir, tanto os aspectos da estrutura física e equipamentos da unidade, quanto os relativos aos procedimentos pedagógicos, objetivando um ensino de qualidade.

Com respeito às manifestações de violência na Escola “D”, as opiniões de alunos e professores indicam a seguinte situação: sobre a incidência de roubos, brigas, ameaças e discussões na escola no último ano e o nível de gravidade e a freqüência com que ocorrem atualmente, 50% dos alunos considera que tais situações continuam ocorrendo, mas de forma menos grave e com menor freqüência do que nos últimos 12 meses. No entanto, em torno de 35% afirmam que esses atos ainda ocorrem com a mesma freqüência e são igualmente graves, se comparados com os ocorridos no ano anterior.

Quanto ao fato de ser roubado ou furtado no interior da escola, 89% dos alunos disse que esta situação nunca aconteceu; ter sido agredido por alguma pessoa dentro da unidade escolar também é uma situação que nunca ocorreu, conforme 93% da amostra.

Com relação a atos de violência dentro da escola, presenciados pelos alunos no último ano, a maioria das situações apontadas se referem a desentendimentos entre alunos e professores e entre colegas, envolvendo xingamentos ou ameaças. Agressões físicas entre alunos, assaltos a alunos dentro da escola, roubos, furtos e consumo de droga também são situações presenciadas por um número expressivo de estudantes da Escola “D”. Cerca de 10% da amostra afirma que alunos vendem drogas dentro da escola e 21% apontam para a existência de pessoas estranhas ao ambiente escolar que comercializam drogas dentro da unidade. Embora 55% mencionem que as agressões físicas entre alunos são comuns, a maioria afirma que nunca foi agredida; 45% mencionam outras formas de violência praticadas na escola: assaltos, roubos e furtos; no entanto, 90% dos alunos responderam que nunca foram roubados ou furtados no interior da escola.

Ao serem consideradas as informações dos professores e alunos sobre as manifestações de violência presenciadas ou sofridas no ambiente da escola, percebe-se que as opiniões são divergentes em alguns pontos. A síntese dos dados levantados junto aos alunos e professores sobre atos violentos no interior da escola é apresentada na tabela 2.

De acordo com os dados da tabela 2, a maioria dos professores (67%) considera o bairro onde está situada a escola ‘muito violento’: 44% não se sentem seguros trabalhando na escola, por causa da localização. No entanto, 100% nunca foram agredidos, 89% nunca foram roubados no interior da escola nem no seu entorno, 83% nunca sofreram ameaças. Sobre situações de violência presenciadas, 77% mencionaram ter visto alunos sendo roubados e 72% afirmam que presenciaram assaltos a alunos. O consumo de drogas no interior da escola foi o terceiro item mais citado, embora nenhum dos estudantes tenha presenciado a venda de drogas dentro da unidade. Alunos armados e desentendimentos entre estudantes e professores com xingamentos, ofensas e ameaças não são raros: 33% da amostra já presenciaram esse tipo de situação.

Tabela 2 Situações de violência presenciadas na escola nos últimos 12 meses: opiniões de alunos e de professores 2006

Situações de violência	nº de alunos	%	nº de professores	%
alunos armados dentro da escola	51	22,1	7	38,9
alunos quebrando janelas, fazendo arruaças ou pichando a escola	57	24,7	9	50,0
desentendimentos de alunos com professores dentro da escola envolvendo ofensas xingamentos ou ameaças	129	55,8	6	33,3
desentendimentos entre alunos dentro da escola envolvendo ofensas xingamentos ou ameaças	126	54,5	14	77,8
desentendimentos de alunos com diretor ou funcionários dentro da escola envolvendo ofensas xingamentos ou ameaças	36	15,6	5	27,8
agressão física entre professores e alunos	4	1,7	6	33,3
agressão física entre alunos	110	47,6	0	0,0
alunos sendo assaltados na escola	103	44,6	13	72,2
alunos sendo roubados/furtados na escola	103	44,6	0	0,0
alunos consumindo drogas na escola	98	42,4	7	38,9
alunos vendendo drogas na escola	22	9,5	0	0,0
pessoas estranhas vendendo drogas na escola	49	21,2	4	22,2
Nenhuma das situações	8	3,5	1	5,6
Não respondeu	7	3,0	-	-

Fonte: Pesquisa de Campo, 2006.

Roubos, brigas, ameaças e agressões são comuns no ambiente da escola. Sobre a frequência com que essas ações ocorrem, as opiniões dos professores se dividem: 39% entendem que tais situações acontecem com maior frequência do que há 12 meses atrás; 27% consideram que ocorrem na mesma frequência do ano anterior e 22% acham que vem ocorrendo em menor escala. No entanto, 72% avaliam que estão ocorrendo agora, de maneira igualmente grave ou com um nível ainda maior de gravidade do que as ocorridas no ano anterior.

Ao serem comparadas as respostas de alunos e professores sobre as mesmas questões, verifica-se que a porcentagem de professores que apontam a incidência de atos de violência no interior da escola é maior do que a verificada entre os alunos, indicando que eles consideram o ambiente da escola mais violento do que os alunos: 39% dos professores mencionam a existência de alunos armados dentro da escola, situação apontada por 22% dos alunos; 33% dos professores mencionam a presença da agressão física entre alunos e professores, embora apenas 1,7% de alunos tenha a mesma opinião. É provável que os desencontros nessas informações possam ser explicados pelo fato dos alunos tenderem a encobrir atos ilícitos dos colegas, numa atitude de ‘cumplicidade’ e/ou por serem provenientes de ambientes, geralmente, mais violentos e essas situações serem comuns no seu cotidiano, diferentemente da realidade do professor (tab.2).

As informações sobre o tipo de lazer praticado pelos alunos são importantes nessa análise: verificou-se que a maioria aponta atividades que sugerem a ociosidade: 157 (68%) disseram ouvir música; 116 (50,2%) assistem à televisão; 75 (32,5%) afirmam que gostam de conversar com os amigos. O que seria desejável, em se falando de jovens residentes em áreas de risco, é que as práticas de atividades monitoradas fossem frequentadas por eles, uma vez que estariam ocupando o seu tempo livre com atividades criadas para tirá-los da rua, oferecendo-lhes parâmetros de disciplina e responsabilidade e novas metas de vida. Nesse sentido, o Abrindo Espaços, um dos programas do projeto Escola Viva, Comunidade Ativa poderia preencher esses requisitos.

Sobre essas atividades, os dados da tabela 3 mostram que do total de 234 alunos, apenas 11 (em torno de 5%) desconheciam as atividades oferecidas, embora 173 (73%) nunca tenham participado delas. Se analisados por série de escolaridade, verifica-se que a porcentagem de alunos que nunca participou se mantém no mesmo patamar, ou seja, gira em torno dos 72% para todas as turmas, porcentagem bastante elevada considerando-se o motivo pelo qual o projeto foi implementado naquela unidade.

Tabela 3 Frequência dos alunos nas atividades do Abrindo Espaços na Escola “D” por série - 2006

Série	O aluno (a) frequenta as atividades - % por turma					Total
	Sempre	De vez em quando	Nunca participou	Desconhece as atividades	Não respondeu	
Não respondeu	0 (0%)	0 (0%)	2 (66,5%)	0 (0%)	1 (33%)	3
1º ano	6 (5%)	11 (10%)	79 (71,5%)	8 (7%)	6 (5%)	110
2º ano	5 (8,5%)	9 (15,5%)	42 (72%)	2 (3%)	0 (0%)	58
3º ano	3 (4,5%)	7 (11%)	50 (79%)	1 (1,5%)	2 (3%)	63
Nº de alunos	14	27	173	11	9	234

Fonte: Pesquisa de Campo, 2006.

As informações sobre a participação dos alunos provenientes dos bairros mais violentos da amostra indicam que dos 49 moradores do bairro 1º de Maio (comunidade local e considerado o bairro mais violento), 34 (69%) nunca participaram; com relação aos 36 alunos residentes no bairro Providência, considerado o segundo mais violento, 23 (63,5%) nunca participaram.

Os dados mostrados acima podem apontar para a ineficiência desse tipo de ação. É

provável que as atividades programadas pelo projeto na Escola “D” não estejam sendo oferecidas de forma a atrair os estudantes ou aproximar a comunidade local do espaço da escola.

Os motivos que justificam a não participarem nas atividades variam: a maioria (45%) atribui a outros compromissos no mesmo período; 29% (67 alunos) apontam o fato de morarem longe da escola; 11% (25 alunos) não gostam das atividades, enquanto 9 alunos indicaram o trabalho como motivo para não participarem; 4 disseram ter preguiça de ir; 2 alunos não participam por “medo de ficar na escola”. Quanto à participação dos pais ou demais familiares, 197 alunos (85%) disseram que ninguém da família participa das atividades, sendo que apenas 4 alunos (1,7%) responderam afirmativamente.

No que se refere à opinião do professor sobre as atividades do projeto Escola Viva, Comunidade Ativa, oferecidas na escola, 56% tomou conhecimento da existência do projeto através da direção da escola; 11% pela SEE/MG, enquanto 22% por outros meios. Sobre a finalidade do projeto, 61% afirmam ser a redução da violência, enquanto em torno de 17% mencionam a melhoria da infraestrutura física da escola; 17%, a melhoria da qualidade do ensino e 17% outra finalidade como a interação com a comunidade e a capacitação para o trabalho. Apenas 3 dos 18 professores (14%) disseram que participam do Abrindo Espaços; outros 2 mencionaram que participam de outro tipo de atividades: um, da *oficina de chocolates* e outro, do ‘PEAS’, mas tais atividades não integram o projeto.

Na opinião de 89% dos professores, o projeto contribui para a melhoria da escola; sobre como eles entendem que possa ser dar essa contribuição, 72% acham que é por meio da melhoria da relação entre a escola e a comunidade; 61% consideram que é por meio da melhoria da relação entre escola e alunos; 44% pensam que poderia incidir positivamente na redução do vandalismo e /ou pichação na escola; 39% entendem que podem ajudar no desempenho escolar dos alunos; 22% na participação dos pais nas atividades da comunidade escolar. Em menor porcentagem, alguns professores apostam na redução do índice de roubos e furtos, do uso de drogas ou álcool e das agressões verbais e ofensas pessoais.

Com relação à informação que têm sobre quem são os participantes das atividades do projeto na Escola “D”, 13 dos 18 professores que compõem a amostra disseram que são moradores da comunidade local; 2 responderam que são os pais e familiares de alunos; 2 afirmaram que são alunos; e 1, que são professores da escola. Perguntados sobre o motivo principal da abertura da escola aos sábados, 8 professores responderam que é para promover a socialização; 4 afirmaram que é para a redução da violência; 3 pensam que é para a aproximação com as famílias; 2 disseram que é uma alternativa para o tempo livre dos alunos; e 1 deles acha que é para estreitar a relação aluno/professor. Na verdade, o objetivo principal é buscar a redução da violência nas escolas por meio da aproximação com a comunidade local. Os desencontros nas respostas sugerem o pouco envolvimento do corpo docente com o projeto e com proposta de fortalecê-lo como uma ferramenta positiva no enfrentamento das manifestações de violência interna, capaz de modificar a realidade do ambiente escolar desfavorável.

Um dos benefícios do projeto é o investimento na estrutura física da escola, o que pode se traduzir na valorização, pelos alunos, do seu espaço de estudo e qualificação, situação que poderia interferir satisfatoriamente na redução de atos de vandalismo e depredação do patrimônio da escola, uma vez que estariam motivados em manter a escola limpa e com os equipamentos em boas condições de uso, pois seriam os mais diretamente beneficiados.

Considerações Finais

Uma das conclusões a que se chega após a análise desse estudo de caso, é que a escola reflete as características da comunidade onde está localizada. Os fatores próprios da região

incidem diretamente no tipo do ambiente escolar e na clientela atendida. No caso da Escola “D”, situada em área de alta vulnerabilidade, a presença de manifestações de violência é comum e atos que extrapolam o limite aceitável de indisciplina já estão incorporados ao cotidiano de professores e funcionários, mesmo daqueles que não moram nas imediações ou em regiões violentas.

Nesse contexto, insere-se a crise da família tal como é concebida nos dias de hoje, que traz uma reorganização da sua estrutura tradicional caracterizada pela perda gradativa do seu papel de transmissora de valores, padrões de conduta e regras de convivência e também pela falta de modelos eficazes de comunicação com as novas gerações. Essa constatação pode, até certo ponto, explicar o aumento das situações de violência verificadas dentro da Escola “D”, uma vez que muitos alunos se mostraram revoltados com o a figura do pai por ter abandonado a família, ficando a mãe com toda a responsabilidade de suprir a casa e acompanhar o desenvolvimento dos filhos. Essa situação acaba levando as crianças menores a se tornarem independentes, muitas vezes antes do tempo, situação que tende a levar as crianças e os jovens para o espaço da rua, para a ociosidade e uma vez configurada a falta de perspectiva futura, essas crianças e jovens acabam se tornando alvos fáceis de marginais e/ou traficantes.

No caso da Escola “D”, as condições internas (organização do trabalho, gestão do tempo e do espaço, perfil da direção e adoção de estratégias pedagógicas que visam ao combate à violência no seu interior) parecem adequadas, de acordo com o que diz a literatura sobre o assunto. A missão da escola é um aspecto que a direção enfatiza constantemente, procurando investir, por meio de projetos específicos, na recuperação do aluno, na interação alunos/professores/direção, na percepção sobre as regras de conduta e na relação com a comunidade.

Embora a escola invista na relação escola-aluno-família, é pequena a participação da comunidade nos projetos e eventos realizados na sua unidade. Um fator que pode contribuir para esta situação é o fato da clientela ser proveniente de diferentes bairros, não se caracterizando como um alunado que represente basicamente a comunidade local, e que tenha perspectivas e interesses comuns.

Percebe-se que a atividade do projeto Escola Viva, Comunidade Ativa realizada na escola pouco tem influído na redução da violência interna naquela unidade de ensino e na recuperação da conduta dos alunos. O baixo nível de participação no programa Abrindo Espaços e a diminuição na oferta do número de oficinas fez cair o interesse da comunidade em participar. Os benefícios trazidos para a escola, pelo projeto, se referem mais ao aspecto financeiro, sendo que, durante o ano de 2006 foram destinados recursos para uma reforma de grandes proporções que estava em fase final na época das visitas para a pesquisa. Quanto ao aspecto pedagógico, as diretrizes definidas pelo projeto não se configuraram em uma novidade para a escola que, segundo as gestoras, já trabalhava os conteúdos das disciplinas sob a forma de projetos envolvendo os alunos no processo, desde a sua concepção até o levantamento dos resultados, tendo com base a realidade vivenciada por eles, tanto internamente, como no ambiente familiar.

Todos os aspectos acima justificam a pouca eficiência da implementação do projeto na Escola “D”, mas chama especial atenção questões afetas ao PDPI: diagnósticos de estudos mencionados nesse artigo indicam que o planejamento pedagógico é considerado um importante fator na construção de um novo modelo de escola e deve levar em conta os interesses e as necessidades dos alunos e ser elaborado com base na realidade local. No projeto aqui analisado, o PDPI é o ponto de partida e foi possível constatar que o seu processo de elaboração observou as exigências da SEE/MG. De acordo com as diretrizes que norteiam a elaboração de projetos sociais desta natureza, a condição fundamental para a implementação bem sucedida do projeto é

que os agentes envolvidos, nesse caso, a escola, a comunidade e a SEE/MG estejam em sintonia e atuem de maneira coordenada. No entanto, verifica-se que o PDPI não é muito conhecido e/ou colocado em prática pelos profissionais da Escola “D”, situação evidenciada pelas respostas dos professores sobre a participação, o conhecimento das atividades e o objetivo do projeto. Os dados indicam que há pouco compromisso e pouco envolvimento da gestão e dos docentes com relação às propostas do documento e à participação no projeto: o fato da coordenadora da atividade Abrindo Espaços, realizada na unidade, não pertencer aos quadros da escola pode ser um indicador da situação mencionada acima. Os entraves apontados podem se traduzir na perda da oportunidade de fazer desse processo um momento de reflexão da escola e de introdução das mudanças necessárias. É provável que resida aí uma das principais causas do insucesso do projeto como estratégia de combate à violência na Escola “D”. É preciso que o projeto seja abraçado como “projeto da escola” e não apenas como uma imposição da Secretaria de Estado da Educação.

Referências

- ABRAMOWAY, Miriam; RUA, Maria das Graças. **Violência nas escolas**. Brasília: UNESCO, Coordenação DST/AIDS do Ministério da Saúde, Secretaria de Estado dos Direitos Humanos do Ministério da Justiça, CNPq, Instituto Ayrton Senna, UNAIDS, Banco Mundial, USAID, Fundação Ford, CONSED, UNDIME, 2002.
- BARRETO, Vicente. Educação e violência: reflexões preliminares. In: ZALUAR, Alba (Org.). **Violência e educação**. São Paulo: Cortez, 1992. p. 55-65.
- CARBONELL, Jaume. **A aventura de inovar: a mudança na escola**. Porto Alegre: Artmed, 2002.
- CHARLOT, Bernard; EMÍN, Jean Claude (Coord.) **Violences à l'école: état des savoirs**. Paris: Masson & Armand Colin, 1997.
- DIEHL, Astor Antônio e TATIM, Denise Carvalho. **Pesquisa em ciências sociais aplicadas: métodos e técnicas**. São Paulo: Prentice Hall, 2004. 168p.
- DUPÂQUIER, Jaques. **La violence en milieu scolaire**. In: Éducation et formation: enfants et adolescents en difficulté. Paris: Universitaires de France, 1999.
- FUKUI, Lia. Segurança nas escolas. In: ZALUAR, Alba (Org.). **Violência e educação**. São Paulo: Cortez, p.103-123, 1992.
- FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO; INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA;. PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO - PNUD. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil - IDH**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2003.
- GUIMARÃES, Áurea M. **A dinâmica da violência escolar: conflito e ambigüidade**. Campinas: Autores Associados, 1996.
- LATERMAN, Ilana. **Incivilidade e autoridade no meio escolar**. Caxambu: ANPOCS, 2005.
- LEITE, Maria Ruth Siffert Diniz T. **A interação entre a instituição pública de ensino fundamental e a diversidade socioeconômica e cultural das crianças**. Dissertação (Mestrado em Administração Pública). Belo Horizonte: Escola de Governo/Fundação João Pinheiro, abr., 2001.
- MEDRADO, Hélio Iveson Passos. Formas contemporâneas de negociação com a depredação. **Cadernos Cedex**, ano 19, n.47, dez., 1998.
- MINAS GERAIS. Secretaria de Estado da Educação. **Projeto Escola Viva Comunidade Ativa**. Belo Horizonte, 2002.

- NOGUEIRA, Rosana M. C. Del Picchia de Araújo. A prática de violência entre pares: o bullying nas escolas. **Revista Iberoamericana de Educación**, n.37, p.93-102, 2005.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA (UNESCO). **Lidando com a violência nas escolas: o papel da UNESCO/Brasil**, 2003.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA (UNESCO). **Cotidiano das escolas: entre violências**. Brasília: UNESCO, Observatório de Violência, Ministério da Educação, 2005.
- PARENTE, M..M. de A.; LÜCK,H.. **Mapeamento da descentralização da educação brasileira nas redes estaduais do ensino fundamental**. Rio de Janeiro: IPEA, 1999 (Texto para discussão n. 675).
- PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE. **Anuário Estatístico de Belo Horizonte**, 2000.
- SPOSITO, Marília Pontes. A instituição escolar e a violência. **Cadernos de Pesquisa**, n.104, p.58-75, jul.1998.
- SPOSITO, Marília Pontes. Um breve balanço da pesquisa sobre violência escolar no Brasil. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.27, n.1, p.87-103, jan./jun. 2001.
- TEIXEIRA, Maria Cecília Sanches; PORTO, Maria do Rosário Silveira. Violência, insegurança e imaginário do medo. **Cadernos Cedes**, ano 19, n.47, dez., 1998.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. Centro de Estudos de Criminalidade e segurança pública. **Perdas sociais causadas pela violência**, 2004. (documento retirado do [site www.crisp.ufmg.br](http://www.crisp.ufmg.br) em nov. de 2004).
- WERTHEIN, Jorge. Apresentação. In: **Desafios e alternativas: violências nas escolas**. Anais do Seminário Internacional de Violência nas Escolas. Brasília: 27-28 de nov., 2002.

ⁱ O Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) é um dos instrumentos de gestão urbana da Prefeitura de Belo Horizonte que busca dimensionar, a partir de indicadores georreferenciados em 81 unidades espaciais intramunicipais, a qualidade de vida em cada lugar da cidade. Este índice, que permite uma comparação entre as diferentes condições de vida em Belo Horizonte, está composto por indicadores elaborados com informações populacionais ou, quando isto não foi possível, com informações domiciliares e permite identificar as regiões da cidade onde vive a população mais vulnerável à exclusão social (exclusão espacial, insuficiência de renda e questões de ordem política, social e cultural). O valor final do IVS varia entre zero e um e como este expressa um atributo negativo - a vulnerabilidade social de uma população - quanto maior seu valor, pior a situação da população naquela UP, ou seja, mais vulnerável à exclusão social (Anuário Estatístico de Belo Horizonte, 2000).

ⁱⁱ Nessa pesquisa foi utilizada a estratégia do estudo de caso, por permitir o conhecimento mais aprofundado de situações típicas do objeto de estudo com levantamento de dados quantitativos e qualitativos de diferentes fontes.

ⁱⁱⁱ Será utilizado, neste artigo, um nome fictício para a escola pesquisada, visando resguardar a sua identidade, dos seus funcionários e alunos.

^{iv} Os instrumentos utilizados para a coleta dos dados para a análise foram questionários a alunos e professores e entrevistas abertas com diretora, professores, alunos e o coordenador do projeto da escola, bem como os porteiros, as cantineiras e as bibliotecárias, por turno, a fim de contemplar: a) percepção dos problemas e das estratégias - o que é violência na escola e quais são os atos violentos, a incidência e relevância da violência, quem são seus protagonistas e vítimas, estratégias de enfrentamento; b) atores que impulsionam a inovação - apropriação do projeto Escola Viva Comunidade Ativa pela escola, identificação dos atores responsáveis pelo projeto, comportamento da comunidade escolar; estratégias empreendidas, o que dificultou ou facilitou a implementação, recursos recebidos, acompanhamento da SEE/MG; c) características das escolas - gestão do tempo e do espaço; perfil da direção da escola; ênfase e missão da escola, estratégias pedagógicas; d) relação predominante entre alunos e a escola - percepção e expectativas dos alunos em relação à escola; percepção da interação alunos/professores/direção - autoridade, justiça, respeito mútuo; - percepção sobre as regras; e) relação com a comunidade - participação de pais e alunos na vida escolar e eventos da escola; entorno da escola.